

CRÉDITO DE EMERGÊNCIA

Empréstimos deverão ter como base o FPE

O governo federal está estudando a criação de uma nova linha de crédito para os Estados, utilizando parte dos recursos existentes na conta de depósitos compulsórios do Banco Central. Ontem, técnicos do Ministério da Fazenda davam os últimos retoques na proposta, que ainda será submetida ao presidente Fernando Henrique Cardoso antes de ser apresentada amanhã aos governadores e ao senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator do projeto de resolução que trata do endividamento dos Estados.

Os Estados mais pobres serão os mais beneficiados. A idéia dos técnicos é que o governo conceda empréstimos em cotas de valor equivalente às do Fundo de Participação dos Estados (FPE). São Paulo recebe a menor cota do País, em torno de R\$ 10 milhões por mês. O FPE é calculado levando-se em conta a renda e a população, de maneira que as unidades da Federação mais pobres recebam mais recursos. Cada Estado poderá tomar emprestado entre uma e três cotas. Dessa forma, São Paulo poderá receber um empréstimo de emergência de R\$ 30 milhões, mas que não serão suficientes para pagar nem 3% da folha de pessoal mensal.

Quanto maior o número de cotas, no entanto, maiores as exigências feitas pelo Ministério da Fazenda. Os técnicos estão estudando um conjunto de metas econômicas a serem cumpridas pelos Estados que tomarem duas cotas emprestadas e um outro, mais rígido, para os que quiserem três cotas. Para uma cota não haverá metas.

Esse novo empréstimo emergencial é a segunda ajuda que o governo federal concede aos Estados endividados. A primeira foram os empréstimos da Caixa Econômica Federal (CEF) para Paraíba, Mato Grosso, Maranhão e Piauí pagarem suas contas.

Mas a dívida mobiliária (em títulos), que é o grande problema de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, continua sem perspectiva de solução a curto prazo. Na avaliação dos técnicos, os próprios Estados estão "empurrando com a barriga" porque, embora a dívida aumente astronomicamente por causa da política de juros, eles têm pago apenas 2% do total da dívida. Os Estados reivindicam perdão de pelo menos parte dos juros cobrados neste ano que, só em São Paulo, representam R\$ 4 bilhões.